



Disponível em: < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=579126>>. Acesso em: 12 nov.2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (LEPOP)

ANAIS

IV SEMINÁRIO DO LEPOP 2008

Desigualdades Sociais em Fortaleza

15 e 16 de dezembro

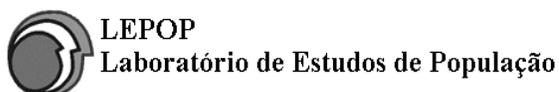


IV SEMINÁRIO DO LEPOP 2008 - DESIGUALDADES SOCIAIS EM FORTALEZA

DATA: 15 e 16 de dezembro

LOCAL: AUDITÓRIO DO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS (CESA/ UECE)

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Universidade Estadual
do Ceará



Banco do Nordeste do Brasil S.A.

COORDENAÇÃO:

Adelita Neto Carleial

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Anna Emília Maciel
Danyelle Mota
Evelize Teixeira
Gleison Maia Lopez
Janaina Barbosa
Kauê Meneses
Lídia Amaral
Luiz Antonio Gonçalves



SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO
- CONTRADIÇÕES URBANAS NO BAIRRO VILA VELHA: O ACESSO A HABITAÇÃO
Anna Emília Maciel Barbosa (LEPOP/MAG/UECE)
- A POPULAÇÃO E A PRODUÇÃO DESIGUAL NO BAIRRO CARLITO PAMPLONA
Evelize Teixeira de Oliveira Sousa (LEPOP/UECE)
- ALIENAÇÃO E FETICHE NAS RELAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ENTRE DIZIMISTAS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E MORADORES DA COMUNIDADE ALDACIR BARBOSA
Jersey Oliveira de Albuquerque (UECE)
Elisabete Magalhães dos Santos (UECE)
José Gleylson Galeno Silva (UECE)
- AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE (RE)PRODUÇÃO ESPACIAL E O SURGIMENTO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DENTRO DOS BAIRROS GENIBAÚ E AUTRAN NUNES – FORTALEZA/CEARÁ.
Kauê da Silva Menezes (LEPOP/UECE)
- A SOLIDARIEDADE ORGÂNICA COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Anelysse Raulino (UECE)
Camila Brasil (UECE)
Caroline de Oliveira (UECE)
Kelly Cunha (UECE)

- ENSAIO MARXISTA SOBRE O CONJUNTO CEARÁ: O CARÁTER COMERCIAL DO BAIRRO E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS
Gleison Maia Lopez (UECE)
Raquel Santos Honório (UECE)
Jairla Pedroza Moita (UECE)
- A (RE)PRODUÇÃO CONTRADITÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA
Eider de Olivindo Cavalcante (UECE)
- O PODER TRANSFORMADOR QUE O SISTEMA CAPITALISTA IMPÕE AOS ESPAÇOS: ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DE BAIROS DE FORTALEZA
Janaina Meneses Lima Barbosa (LEPOP/UECE)
- FORTALEZA REVELADA
Anna Emília Maciel Barbosa (MAG/ LEPOP/ UECE)
Danyelle Mota Ricardo Guerra (LEPOP/UECE)
Lídia Amaral de Brito (LEPOP/ UECE)
Luiz Antonio Araújo Gonçalves (MAG/ LEURC/UECE)

APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Estudos de População (LEPOP) vinculado ao Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) realiza seu IV Seminário, com a temática *Desigualdades Sociais em Fortaleza*, para apresentar os resultados parciais de sua pesquisa sobre os bairros de Fortaleza, dentro do Projeto Atlas de Fortaleza, em convênio com o Banco do Nordeste do Brasil e a Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Para isso, contou com a colaboração especializada do Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural (LEURC/UECE) e do Grupo de Pesquisa Gestão Integrada da Zona Costeira (LAGIZC/UECE).

Os trabalhos foram elaborados por alunos e professores, analisados no Laboratório de Estudos de População e nas disciplinas Sociologia I e Sociologia Clássica, ministradas pelo Curso de Ciências Sociais da UECE.

Os ensaios apresentados nos GT's e apresentado nestes Anais abordam questões peculiares e pertinentes de determinados bairros da cidade de Fortaleza. Aspectos relevantes quanto a estrutura física, geográfica e social destes bairros são abordados fazendo relação com as determinações do sistema capitalista.

Com este Seminário pretende-se refletir sobre a dinâmica urbana em Fortaleza, sobre o modo como seus habitantes constroem sociabilidades e superam seus problemas, aproximando, assim, a academia da vida cotidiana e das relações de poder que envolvem os moradores desta cidade.

CONTRADIÇÕES URBANAS NO BAIRRO VILA VELHA: O ACESSO A HABITAÇÃO

Anna Emília Maciel Barbosa¹

O acesso à habitação é um dos grandes problemas que afetam grande parte da população pobre brasileira. Na busca pela moradia, recorre-se a diversas ações que vão desde a procura de terrenos e casas mais baratos, geralmente localizados na periferia pobre da cidade, até a construção de favelas em vazios urbanos, onde a qualidade de vida é quase nula. Tais ações revelam uma cidade cheia de contradições, quando se compara as condições de moradia da população urbana, visível na segregação residencial. Há, assim, uma lógica contraditória que se expressa no setor imobiliário, formal e “informal”, que é fruto da própria dinâmica capitalista, geradora de desigualdades sociais na cidade.

As contradições e as desigualdades se tornam visíveis quando espacializadas. A sociedade vai produzindo o espaço de acordo com seus interesses e necessidades, e assim, torna a cidade no lócus da contradição. O espaço urbano, produzido pelo Estado, pelos capitalistas e pelos moradores, ganha formas e funções diversas, fazendo com que muitas vezes tenhamos várias cidades em uma só. Às vezes, tais diferenças conseguem ser visualizadas em escalas menores, como nos bairros.

Entende-se o espaço urbano como um espaço socialmente produzido que tem como materialização a cidade. Assim, o espaço urbano é o resultado da produção humana, que revela as suas contradições a partir das relações sócio-espaciais nele estabelecidas. Ressalta-se, no entanto, que este espaço além de passível de intervenção, também exerce influência sobre as ações da sociedade. Dessa forma ele não é apenas condicionado pela sociedade, mas também condicionante das suas relações.

Para Sposito (2008) a cidade é expressão da produção espacial, que se dá tanto de forma ampla como de forma restrita, ou seja, na cidade produzida pela práxis há tanto a produção de obras, idéias, ou tudo que faz uma sociedade e uma civilização (forma ampla), permitindo a produção de bens, com base material, e de serviços (forma restrita), sendo o

¹ Mestranda pelo Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Agência de fomento: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Email: emiliamaciel@yahoo.com.br

lócus onde isso acontece. A cidade aparece como expressão material do movimento da sociedade no espaço, no decorrer do tempo, sendo assim um espaço produzido.

Concorda-se com Lefebvre (2001) quando este afirma que a cidade é um ambiente das diferenças. A partir de tais diferenças se revelam os conflitos de classes, onde cada classe luta por interesses diferentes, no entanto com mesma finalidade, o uso da cidade. Essas diferenças e conflitos se revelam em várias esferas, principalmente no consumo, que em especial, neste trabalho, trata-se do consumo da cidade e do direito ao habitar².

A produção da habitação na cidade influencia diretamente na sua organização sócio-espacial, seja ela voltada para as diferentes classes sociais. Ressalta-se que nesse estudo considera-se a habitação não só a casa como estrutura física, mas as relações que se estabelecem a partir da casa, como a vida em comunidade e o uso dos espaços da cidade, possuindo, assim, a habitação uma influência direta nas relações estabelecidas na urbe.

Pode-se dizer que, em parte, a organização sócio-espacial promovida pela produção habitacional está relacionada à ação do capital sobre o solo urbano, tornando-o mercadoria. O capital escolhe alguns pontos para se reproduzir de forma intensa, marginalizando alguns setores das grandes cidades. Ao produzir o espaço o homem passa também a agregar-lhe valor. O solo urbano como mercadoria, à medida que é produzido, passa a ficar mais valorizado e cada vez mais limitado ao consumo de grande parte da população que não tem como pagar por ele.

Fortaleza, bem como as demais cidades, obedece tal lógica, permitindo a valorização de terrenos em determinados bairros, em detrimentos de outros, pois o processo de valorização do solo urbano não é homogêneo em toda a cidade. Assim, bairros que oferecem determinadas exteriorizações³ como: facilidade de acesso a equipamentos e serviços, boa infra-estrutura ou ainda proximidade ao centro tem seus terrenos valorizados e vêm recebendo grande procura por parte da população de renda média alta, com a finalidade de habitação. Quanto aos demais bairros, muitos localizados nas periferias, sendo distantes do

² O termo habitar faz referência ao pensamento de Lefebvre (1999b) que o coloca do além da casa, identificando-o ao espaço vivido, cujas relações estabelecidas entre a casa, o morador e o seu entorno social são constituídas pelas relações sociais e de poder. Utilizando a filosofia e a metafísica de Lefebvre constata-se a importância do habitar, estabelecendo uma relação que transcende o real e o visível, porém se aproximando do sensível, quando afirma que: "O ser humano não pode deixar de edificar e morar, ou seja, ter uma morada onde vive sem algo a mais (ou a menos) que ele próprio: sua relação com o possível como com o imaginário" (LEFEBVRE, 1999b, p.81).

³ "A exteriorizações podem ser vistas como custos ou benefícios conforme o produtor ou consumidor, seja afetado, e segundo a natureza do efeito" (HARVEY, 1980, p.46).

centro e subequipadas, acabam como reduto da população mais pobre que não tem como pagar por melhores condições de habitação, em áreas mais próximas ou disponíveis de serviço e equipamentos. Dessa forma, quanto mais produzido o espaço e/ou quanto maior a procura pela classe alta, mas valor se agregará ao solo.

A produção desigual do espaço urbano, deste modo, pode ser percebida em alguns bairros de Fortaleza. O bairro Vila Velha é exemplo concreto destas desigualdades. Esse abriga moradores de classe média e classe baixa, que vivem um conflito interno, pois não se aceitam como vizinhos. A paisagem do bairro é heterogênea, havendo variação na tipologia das residências e na distribuição da infra-estrutura. O bairro, que é constituído de conjuntos habitacionais, possui uma segregação residencial nítida, onde se pode perceber como as desigualdades no acesso a moradia são encontradas no espaço urbano.

O bairro Vila Velha possui uma extensão de 780 hectares, equivalendo 30,73% da área da Secretaria Executiva Regional I (uma das seis regiões administrativas da cidade) que reúne 15 bairros, ao todo e caracteriza-se pela presença de seis conjuntos habitacionais Conjunto Polar, Conjunto Nova Assunção, Conjunto dos Bancários, Conjunto Beira Rio, Conjunto Planalto Barra e Conjunto Vila Velha. Os cinco primeiros foram construídos inicialmente para abrigar parte da população pobre da cidade que podia, apesar da baixa renda, pagar por suas casas, atualmente, abrigam moradores de renda média. O último conjunto habitacional, conjunto Vila Velha, foi construído a fundo perdido⁴, em regime de mutirão, para abrigar pessoas de baixa renda que não mais podiam pagar aluguel ou que já viviam em áreas faveladas. Além dos conjuntos habitacionais o bairro também possui uma grande área de ocupação, com 1.026 famílias, em 2006. Por ser passível de alagamentos durante o período chuvoso, além de exposta aos fluxos de marés, esta área é classificada pelo Poder Público como área de risco. Antes da ocupação, esta área era constituída de terrenos de uma antiga Salina, Sal Norte, que teve seus terrenos entregues a prefeitura da cidade como pagamentos de dívidas públicas.

A organização e a produção espacial do bairro Vila Velha refletem os desafios enfrentados pelas várias classes sociais dentro do bairro. Nos conjuntos onde hoje se encontram os residentes de renda média existe boa oferta de equipamentos e serviços, como escolas públicas e particulares, postos de saúde, hospitais, serviço de transporte e

⁴ As casas do conjunto Vila Velha não foram financiadas, como nos demais conjuntos, pois o dinheiro aplicado pelo Poder Público não seria reembolsado. A população nada pagou por suas casas.

comércio; a infra-estrutura como saneamento, ruas em boas condições de tráfego também é ofertada a todos; e a tipologia das casas revela a renda mais elevada de seus moradores. No conjunto Vila Velha percebe-se casas de menor porte e que passam por reestruturações, a infra-estrutura é insuficiente a demanda do conjunto, pois em algumas ruas se encontra muito lixo e esgoto a céu aberto, seus moradores ainda reclamam por equipamentos de uso coletivo como: postos de saúde e escolas de ensino médio. Na área de ocupação tem-se um cenário miserável, onde grande parte das casas são barracos construídos com restos de materiais, mas se encontra também casas com melhor estrutura, construídas de alvenaria, o que revela uma diferenciação na renda entre os ocupantes. Não se encontra também infra-estrutura no local, ficando a população exposta a doenças devido ao esgoto a céu aberto e a grande quantidade de lixo e animais nas ruelas, além disso, a população residente ainda é discriminada pelos moradores dos demais conjuntos.

Percebeu-se que a realidade encontrada no bairro se assemelha à da própria capital, concordando com Carleial e Araújo (2003) quando afirmam que a realidade social é tensa e contraditória, em toda a extensão da metrópole, onde os conflitos entre os ricos e os pobres aparecem nas formas de uso da terra urbana. Pois os conflitos existentes no bairro decorrem exatamente por esta disputa das diferentes classes pela terra urbana e pelo uso da cidade, que se torna visível na habitação e na busca pelo direito a habitar.

Portanto, a habitação urbana reflete as contradições de uma sociedade de classes, pois como mercadoria, possui seu acesso limitado, o que pode ser visualizado pelo contraste das tipologias habitacionais em diferentes porções da cidade. Nos bairros de classe média e alta, percebe-se não só a presença da verticalização e de casas de alto padrão construtivo, mas também de um aparato de infra-estruturas e serviços necessários para a manutenção do habitar, diferente dos bairros periféricos onde a população vive de forma amontoadada e com pouca oferta de bens de consumo coletivos necessários para a sua qualidade de vida.

Dessa forma, a sociedade em seu constante movimento de (re)produção espacial, faz com que o espaço esteja em contínua mudança. Na habitação, a dinâmica espacial é constante, pois, as classes excluídas do mercado imobiliário formal, bem como as incluídas, e os próprios especuladores imobiliários e capitalistas, tendem a produzir e se apropriar do espaço de forma diferenciada na cidade de Fortaleza, demonstrando a realidade contraditória da sociedade moderna. O bairro Vila Velha é revelador dessa realidade na

capital, onde ricos e pobres coexistem em um mesmo espaço, gerando então conflitos que surgem das formas de uso e apropriação desigual do espaço.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CALEIAL, Adelita Neto. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VII, n. 146(030), 1 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2005.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. [Tradução de Armando Corrêa da Silva]. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. [Tradução: Rubens Eduardo Farias]. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. [Tradução de Sérgio Martins]. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Notas de aulas**. Disciplina: Urbanização e cidade. Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza. 08 a 12 set. 2008

A POPULAÇÃO E A PRODUÇÃO DESIGUAL NO BAIRRO CARLITO PAMPLONA

Evelize Teixeira de Oliveira Sousa⁵

Introdução

Nas décadas de 40/50 a população de migrantes em Fortaleza chegava a ser metade do seu incremento populacional. Essas pessoas que vieram para as grandes cidades buscando empregos e melhores condições de vida. Nesse contexto, a cidade de Fortaleza recebeu um grande contingente de pessoas que se distribuíram pela malha urbana da cidade. Por ser um número elevado de pessoas, muitas acabaram não sendo absorvidas pelo mercado de trabalho e ficaram desempregadas. Procurando onde se alocar essas pessoas foram habitar os bairros menos favorecidos de nossa capital que além de conter trabalhadores que recebiam baixos rendimentos e que moravam nas proximidades de fábricas passaram a receber esses migrantes. O bairro Carlito Pamplona tem com exemplo, essas características e por estar entre os dez mais densamente povoados de Fortaleza, tornou-se objeto de estudo dessa pesquisa. O Carlito Pamplona não apresenta uma literatura histórica como os outros bairros que o cercam como os bairros Cristo Redentor e Pirambu, sendo esse um dos obstáculos para se iniciar essa pesquisa. A mesma originou-se de outro estudo realizado com os mesmos bairros acima citados fazendo-se apenas uma análise de dados estatísticos que através da literatura científica sobre o espaço urbano resultou na produção de um artigo. Esse novo trabalho que aborda apenas um bairro se apresenta de forma mais aprofundada, pois exigiu visitas a campo e entrevistas com moradores do bairro. Pretende-se mostrar nesse trabalho as características de sua população e a produção espacial desigual no bairro.

O bairro e seu contexto histórico

O Carlito Pamplona está localizado na Secretaria Executiva Regional I (SER I), no lado oeste da cidade de Fortaleza, se limita com os bairros Cristo Redentor, Pirambu, Álvaro

⁵ Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), bolsista do Laboratório de Estudos de População (LEPOP). Bolsa de fomento: Iniciação Científica da UECE (IC_UECE).

Weyne, Vila Ellery, Monte Castelo e Jacarecanga (ver Figura 1). O nome do bairro, Carlito Pamplona, foi uma homenagem ao fortalezense Carlito Nepal Pamplona que criou a firma Brasil Oitica, fábrica localizada nos arredores da avenida que corta o bairro a Francisco Sá, sendo a fábrica exportadora do óleo da oitica e da mamona para os Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial. A proximidade da ferrovia e da zona fabril impulsionou o crescimento e o aumento populacional nessa área. Para se conhecer melhor o bairro foram feitas algumas entrevistas que forneceram informações para fundamentar o artigo produzido. Segundo relatos de moradores, no início da ocupação do bairro os terrenos tinham a forma de sítios, não tinham energia elétrica, água encanada e os muros eram cercas de arame. Mesmo com essas dificuldades aos poucos o bairro foi sendo habitado. Com o passar dos anos, indústrias foram implantadas no bairro, em consequência disso, atraíram para seu entorno os trabalhadores das mesmas que geraram as vilas operárias. A poluição gerada por essas indústrias foi um dos obstáculos à permanência desses moradores no Carlito Pamplona. Esse foi um dos motivos que fizeram uma moradora e sua família saírem do bairro para o bairro vizinho Cristo Redentor onde mora há 22 anos.

Localização do bairro

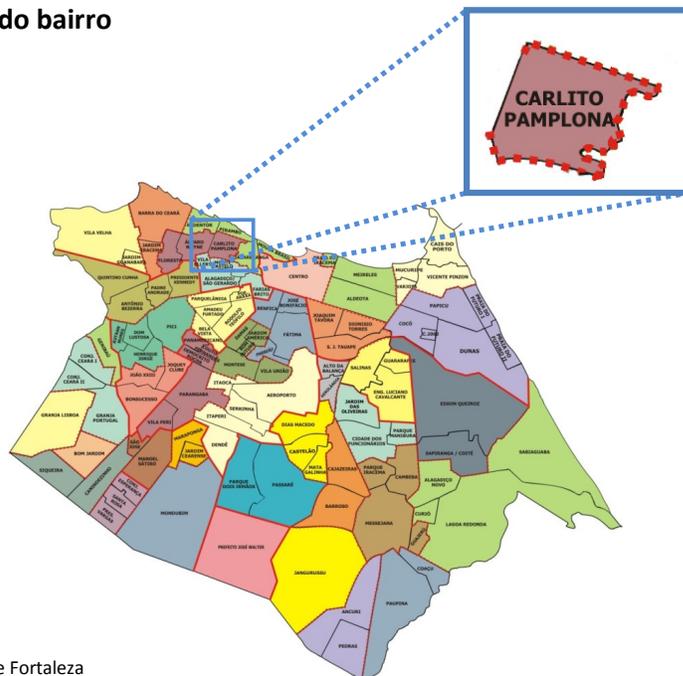


Figura 1: Mapa de Fortaleza

Fonte: http://www.sepla.fortaleza.ce.gov.br/op/images/stories/mapa_todo.jpg

Hoje, o bairro possui 24.383 habitantes distribuídos em uma área de 126,80 hectares. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000)

o bairro possui uma população idosa de 8,3% reflexo de um bairro formado por vilas operárias na década de 50 tendo atualmente, boa parte de sua população aposentada.

No próprio bairro encontramos a dicotomia entre as classes econômicas, pois 15,3% recebe de 5 a mais de 30 salários mínimos enquanto que 27,9% recebe até um salário mínimo. A população sem rendimento representa 10,2% e o restante 46,4% recebe de 1 a 5 salários. Essa disparidade entra em acordo com Araújo e Carleial (2003) quando dizem que “ricos e pobres coexistem em um mesmo bairro”. A renda dessas pessoas reflete diretamente na produção espacial do bairro, pois se pôde ver na visita ao bairro casas simples ao lado de pequenas mansões. De acordo com os dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF, 2007) cerca de 13,8% da população do bairro reside em apartamentos, enquanto que 85,5% vive em casas.

Enquanto uma parcela significativa da população do Carlito Pamplona habita apartamentos espalhados pelo bairro, o Estado visando amenizar os conflitos existentes entre os agentes de produção do espaço (CORREIA, 1989) vem construindo apartamentos populares. Estes destinados a moradores retirados de seus imóveis que foram destruídos com a construção da Avenida Costa Oeste. Um desses conjuntos habitacionais se chama Dom Hélder Câmara localizado no Carlito Pamplona e o outro já concluído chamado de Alves de Lima está no bairro Cristo Redentor.



Figura 2: Placas do conjunto habitacional Dom Hélder Câmara
Foto: Pesquisa direta



Figura 3: Conjunto habitacional
Foto: Pesquisa direta

Pôde-se perceber através de entrevistas que foram muitas as dificuldades que os moradores enfrentaram no início da ocupação do bairro. Hoje, o mesmo apresenta muitos equipamentos, mas não sendo suficiente para atender a necessidade de sua população.

Entre eles está a falta de delegacias, unidades de saúde e praças. Os moradores do bairro além de não terem suas reivindicações atendidas pelo Estado não dispõem de uma associação para se organizarem e lutarem por melhorias no bairro. Outro problema citado por uma moradora é o preço elevado do esgotamento sanitário para as condições financeiras de alguns que representam 14,9 % da população que recebe em suas residências o abastecimento de água de outras formas enquanto que 85,09% têm o serviço da rede pública (PMF, 2007).

O bairro mesmo apresentando dificuldades de 1991 a 2000 (IBGE) apresentou um crescimento populacional de 1,94%. Levanta-se aqui a hipótese que esse índice é consequência da melhor condição de vida que o bairro apresenta em relação aos outros que o cerca. Tendo como exemplo, oportunidades de emprego para os moradores no próprio bairro por conta do comércio que representa 61,21% e o setor de serviços 31,57%, dados estes obtidos pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC) e das indústrias que existem no bairro. O principal corredor comercial do bairro é a Avenida Francisco Sá que possui lojas variadas e que é um dos principais locais que movimentam a economia do bairro.

Um fato interessante de se comentar é que o Mercado Municipal do bairro Carlito Pamplona que tem o mesmo nome do bairro está localizado no bairro Cristo Redentor. Esse fato é justificado pelo conceito de território definido como: “espaço de relações de poder, mas também palco das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” (Souza, 2007). Esse sentimento de identidade com o lugar ultrapassa os limites administrativos definidos pelo Estado e promove a extensão de limites criados pelos próprios moradores.

Conclusões

O bairro Carlito Pamplona surge com a criação das primeiras fábricas próximas a Avenida Francisco Sá e passa a se desenvolver com o tempo pela própria dinâmica de sua população. Esta possuindo características variadas que mostra um perfil de uma população idosa expressiva e classes ricas e pobres. Pôde-se observar a produção do espaço desigual no bairro, visto que uma parcela de sua população reside em habitações que necessitam de uma renda mais alta enquanto que as pessoas de classes menos favorecidas moram em

conjunto habitacionais populares construídos pelo Estado como exemplo, no bairro em estudo o conjunto habitacional Dom Hélder Câmara. Além dessas políticas de assistencialismo o Estado deve fazer melhorias não só para uma parte da população mais a todos. Para que a sim os habitantes do bairro possam viver de forma mais digna no local onde moraram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. M. M.; CARLEIAL, A. N. Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(030). [ISSN: 1138-9788] Disponível em: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>. Acesso em: 07 mai. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo. Contexto, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. ?

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO. **Censo do comércio uma fotografia do comércio de Fortaleza**. Fortaleza, 2005. CD-ROM.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo. Annablume, 2000.

MAPA de Fortaleza. **SEPLA**, Fortaleza, 28 nov.2008. Disponível em: <http://www.sepla.fortaleza.ce.gov.br/op/images/stories/mapa_todo.jpg>. Acesso em: 28 nov. 2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Fortaleza em números (Versão Interna)**. Fortaleza, 2007.

SOUZA, Maria Salete. Segregação sócioespacial em Fortaleza. In: SILVA, J.B da; DANTAS, E.C. W: ZANELLA, E. MEIRELES, A. J. A. (Org.). **Litoral e Sertão**, natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SOUZA, Edivaldo Aparecido; Pedon, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Mato Grosso do Sul, nov. 2007, vol.1, - n. 6 - ano 4. [ISSN: 1808-2653] Disponível em: <http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS. e_NelsonP.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2008.

ALIENAÇÃO E FETICHE NAS RELAÇÕES DE ASSISTÊNCIA ENTRE DIZIMISTAS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E MORADORES DA COMUNIDADE ALDACIR BARBOSA

Jersey Oliveira de Albuquerque⁶
Elisabete Magalhães dos Santos
José Gleylson Galeno Silva

Este ensaio tem como objetivo começar a elucidar questões ligadas a maneira como se relacionam Igreja Nossa Senhora de Fátima e comunidade carente no Bairro de Fátima. Começamos então entendendo, de forma sucinta, como o aparato econômico da Paróquia Nossa Senhora de Fátima é organizado.

A Igreja arrecada dinheiro de diversas formas, sendo a mais importante delas o dízimo, ao qual daremos mais atenção. Outras que podemos citar são as passagens de “bolsinhas de arrecadação” nas missas e as cobranças de taxas para: realização de casamentos, crisma etc. Por mês a igreja arrecada cerca de 45 mil reais, sendo que só no dia 13, uma data especial para a paróquia, se recolhe cerca de 18 mil reais. Segundo a administração da igreja esses recursos são usados para a manutenção do local, pagamentos de contas, limpeza e para que as mais de 60 pastorais⁷ possam realizar suas atividades. Cada pastoral tem um conselho fiscal que presta contas ao pároco⁸ que por sua vez presta contas para a arquidiocese de Fortaleza. A paróquia dispõe de 13 empregados assalariados e algumas dezenas de voluntários que trabalham de graça em várias atividades, desde que caibam em sua disponibilidade de tempo. Tal organização assemelha-se muito a de uma empresa. Vimos rapidamente como se estrutura a administração financeira da Igreja e passaremos adiante ao funcionamento da arrecadação do dízimo e os métodos utilizados pela Paróquia para incentivar as doações.

Vejamos parte da Oração do Dizimista disponível no jornalzinho que a instituição distribui: “Senhor eu te peço, ajuda-me a conhecer os sentidos social, religioso e missionário do dízimo e que eu disponha sempre dos meios necessários para ser dizimista”. Ela nos da

⁶ E-mail: Jersey de Oliveira (kakashix8@hotmail.com), José Gleylson (bill_galeno@yahoo.com.br).

⁷ Por Pastoral entende-se um grupo que cuida de uma específica área de atuação da Igreja, por exemplo: Pastoral da saúde, Pastoral de terceira idade, Pastoral do dízimo e etc. No comando de cada pastoral figura um casal que é escolhido do ECC(Encontro de Casais com Cristo) que é formado por casais geralmente de classe média do bairro e engajados na paróquia.

⁸ Pároco é o padre superior, a pessoa encarregada de dirigir a igreja, como um diretor.

uma versão do porquê o dizimista contribui: como sendo um ato de caridade, para causas sociais, em ajuda aos mais necessitados.

Segundo a teoria marxiana podemos imaginar que a igreja vende uma mercadoria que é a da “graça divina” e o fetiche desta mercadoria seriam as falsas imagens produzidas pelas obras sociais que a igreja faz, principalmente, nas comunidades carentes do bairro, prova disso é que, vez por outra, crianças, da creche que a Paróquia mantém na comunidade Maravilha, vêm se apresentar em datas comemorativas vestidas como anjo. Isso mostra ao dizimista que seu trabalho está sendo bem feito, pois os meninos estão ali felizes. Pensando desse modo, a Paróquia se utiliza da pobreza das comunidades para se manter, como fetiche, criando um valor de uso no coração do dizimista para sua mercadoria.

Antes de retificarmos essa afirmação, é importante ressaltar por que o dízimo e o dizimista estão sendo priorizados aqui em detrimento de outras formas de doação possíveis. É porque na hierarquia de “boas ações”, relativas a ajuda financeira, o dízimo figura como a principal, assim como integração ao corpo da Igreja e ampliando o sentimento de participação nesse agrupamento. O dízimo é o principal meio de arrecadação e o mais estável. Notamos, então, pelas entrevistas realizadas, que há uma alienação da maioria dos dizimistas em relação ao dízimo. Primeiro porque o dízimo transforma-se num fim por si mesmo, não numa ferramenta para determinado fim. As pessoas não querem saber o que vai ser feito com o dinheiro, pois não fiscalizam e entregam tudo a tutela do padre. Em suma, acreditam que só em dar o dízimo estão alcançando a “Graça de Deus” quando, sociologicamente, tal graça só seria alcançada quando houvesse a efetivação das ações assistenciais. Assim há uma grande diferença no sentido divulgado pela igreja sobre o dízimo e sua real finalidade. *“Nos mananciais da igreja, teu dízimo é fonte de evangelização”*.

Entre as iniciativas assistenciais da Paróquia nas comunidades carentes do Bairro de Fátima, está o projeto “O Bom Samaritano”, que consiste numa distribuição de cestas básicas para as famílias mais carentes da comunidade Aldalci Barbosa, conhecida por seus moradores como “Boba”, e da comunidade Maravilha. A cesta é distribuída quinzenalmente, e ainda existe uma reunião com os beneficiados para que se passem informes.

Primeiramente, a cesta era distribuída pelos dizimistas na comunidade Aldacir Barbosa, mas logo depois, segundo os moradores entrevistados, a igreja mudou o local por motivos de “arruaça” provocada por alguns moradores da Maravilha, passando a acontecer

dentro de um batalhão policial, pois segundo os organizadores lá é um ambiente de “respeito”, e não haveria mais arruaças. Interessante notar que essa é uma das versões sobre o porquê da troca do lugar. A única coisa em comum, em todas elas, é que os beneficiados figuram como arruaçeiros, não é levado em conta o ambiente altamente segregador que é um batalhão de polícia onde as pessoas chegaram a ser repreendidas por colher caju das árvores. Por último a cesta passou a ser distribuída pelos dizimistas na própria igreja, ambiente, também, de coerção, de temor a Deus. Interessante que essas trocas de lugar não levam em conta a distancia percorrida pelos beneficiados levando um peso de mais ou menos uns 20 quilos. Aí chegamos em um ponto importante, os beneficiados também são alienados em relação a cesta. A igreja não explica a origem do dinheiro da cesta que, por isso, acaba virando uma coisa que se cria sozinha, através da “intervenção divina” os beneficiados se dizem felizes em estar recebendo ajuda. O “bem-feitor” que distribui (diretamente) a cesta acaba, também, sendo revestido de uma autoridade, uma imagem de “sagrado”, sendo considerado pelos entrevistados como uma pessoa a serem muito respeitadas.

O outro jeito que a igreja participa nessa alienação é quando separa o papel de “quem ajuda” e de “quem é ajudado”. Primeiro, pela forma em que cada classe social é convidada a participar do projeto catequético da Paróquia. Enquanto o trabalho missionário com as famílias de classe média é chamá-las para a direção de pastorais e, principalmente, para o dízimo, para as famílias da comunidade a eles cabem receber “o pão espiritual”, para quem ainda não foi batizado, para quem ainda não é casado, e para quem ainda não fez a crisma... Ora, se o ato do dízimo é posto como uma forma de se integrar ao corpo da igreja, logo, os moradores da comunidade são excluídos disto, resignados a serem os ajudados. Afinal, segundo um dos administradores da paróquia que entrevistamos: “a melhor ajuda que a igreja dá é o da evangelização”.

Há, ainda, as ações assistenciais, como O Bom Samaritano, realizadas pela Paróquia. A população da comunidade se desloca para a própria igreja para receber, num horário diferente das missas, evitando assim o contato entre as duas realidades, dizimistas da classe média e os moradores das comunidades circunvizinhas a Paróquia. As pessoas que recebem a ajuda não escondem o desejo de estar do outro lado, de subir de classe social, pagar o dízimo.

Por fim, chegamos à conclusão, com esse rápido estudo, que tanto quem paga o dízimo, quanto quem recebe os bens que esse dinheiro proporciona são alienadas. O dízimo “torna-se coisa”, independente de sua origem material, e se apropria da “Graça de Deus”, como fetiche, torna-se um caminho para a salvação para os que podem pagar e desejo longínquo para os que não podem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo. Martin Claret, 2000.
(Coleção A Obra-Prima de Cada Autor)

MARX, Karl. **O Capital**. 4 ed. França, 1890.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. Alemanha, 1848.

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. 1 ed. URSS, 1930.

AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE (RE)PRODUÇÃO ESPACIAL E O SURGIMENTO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DENTRO DOS BAIROS GENIBAÚ E AUTRAN NUNES – FORTALEZA/CEARÁ

Kauê da Silva Menezes⁹

O avanço nas relações capitalistas de (re)produção espacial traz consigo contradições, cuja fundamentação está na posse ou não dos meios de produção. Com isso a concentração dos meios de produção nas mãos de alguns, a classe burguesa, em detrimento da maioria faz com que surja no espaço urbano o fenômeno da inclusão precária do indivíduo no cotidiano da cidade, estando ele limitado pela não possibilidade de comprar o seu bem estar social, sendo muitas vezes desvalorizados, ou apenas visto como mão de obra, exército de reserva, onde o valor não está no próprio indivíduo mais sim aquilo que ele pode ou não produzir ou consumir “revelando não só a contradição entre a produção e distribuição da riqueza, mas também aquela entre os que estão na esfera da produção na condição de trabalhadores e os que estão fora dela, os desempregados” (CARLOS; 2004, p.9) com os empregadores ou aqueles que possuem uma melhor condição financeira.

O presente ensaio busca mostrar as contradições geradas a partir da expansão do capitalismo que “se fez as expensas de grande parte da sociedade brasileira que vive nos limites da sobrevivência: produzindo o espaço de segregação” (CARLOS, 2004, p.9) nas ocupações irregulares, tomando para o presente trabalho os Bairros Genibaú e Autran Nunes, ambos situados no lado oeste da cidade de Fortaleza/Ceará.

Almeja-se mostrar a localização da camada pobre dentro dos bairros em estudo, possibilitando a visão não homogênea do espaço a fim de entendê-lo como produto das relações sociais, do capital e do Estado. Deseja-se mostrar que mesmo na pobreza existem contradições, que expressarão também a desigualdade entre o modo de vida dos pobres.

Através do levantamento bibliográfico, de pesquisa direta e da utilização das informações do Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Fortaleza em Números 2007, fonte de dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza(PMF) e dos dados da Defesa Civil de Fortaleza, busca-se um questionamento dos

⁹ Graduando do curso de Geografia/Bacharelado, bolsista do Laboratório de Estudos de População (LEPOP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsa de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB).
E-mail: kau_silva@yahoo.com.br

dados quantitativos para que se consiga chegar a uma análise qualitativa, revelando assim a teoria no empírico afim de que se possa compreender a realidade sócio-espacial dos bairros em estudo. Assim esse ensaio busca expressar as causas e conseqüências da real situação onde vivem essas famílias, que ficam segregadas no acesso a alguns equipamentos básicos necessários a manutenção de suas vidas.

Fruto das contradições sociais existentes, parte da população não possui acesso a um dos mais importantes bens, a moradia, já que “nosso solo é o de uma economia extremamente financerizada, que alcança tais dimensões, envolvendo, inclusive, negócios estritamente urbanos, isto é, a própria urbanização como negócio” (DAMIANI, 2005, p.38), sendo que esse negócio prioriza quem pode pagar e marginaliza o proletariado que somente possui a sua força de trabalho. Todavia as necessidades básicas a sobrevivência do indivíduo não obedecem à posse ou não de capital, pois existem necessidades que são essenciais a vida de todos.

A falta de acesso a moradia e a necessidade do morar fazem com que surjam às ocupações em vazios urbanos. Nos bairros em estudo, a ocupação do espaço inicialmente se deu pela invasão dos terrenos que estavam ociosos, o que caracteriza a organização da sociedade e o caráter não passivo das camadas pobres frente às desigualdades sociais.

Todavia esse processo de ocupação não obedeceu a um planejamento, o que ocasionou a ocupação de áreas denominadas de risco, visto que são ocupações em terrenos impróprios para habitação, sujeitos a deslizamentos, inundações, risco de acidentes e incêndios (CETREDE, 2003, p.69). Nos bairro Genibaú e Autran Nunes essas áreas situam-se as margens do rio Maranguapinho, que ao longo do seu trajeto pela cidade concentra a maior parte das áreas de risco de Fortaleza.

Segundo dados da Defesa Civil de Fortaleza de 2008 são 3030 famílias, cerca de 13.293 pessoas morando as margens desse rio estando sujeitas as inundações provenientes das enchentes do rio.

Partindo desses dados, pode-se afirmar que essa população vive em condições ínfimas de sobrevivência, pois além dos problemas existentes nos bairros, tais como insegurança, falta de saneamento básico para parte da população, falta de postos de saúde e escolas que consigam atender toda população do bairro, parte da comunidade vive com o problema das inundações no período chuvoso, causadas pelas enchentes do rio Maranguapinho.

Cabe ressaltar que para uma população de 60.581 pessoas¹⁰ existem 2 postos de saúde, um em cada bairro, sendo necessário a população se deslocar para bairros vizinhos, como o Conjunto Ceará, a fim de conseguirem uma consulta médica.

Outro fator agravante das ocupações irregulares é o fato delas não serem atendidas pela coleta de lixo, por saneamento básico, devido ao fato de estarem localizadas em áreas que deveriam ser de proteção ambiental, apresentarem também as ruas estreitas, sem asfalto e muitas casas situarem-se em becos, impossibilitando a entrada do caminhão de coleta do lixo e a instalação de saneamento básico nessas comunidades.

Como a população que habita as margens do rio não possui rede de esgoto seus dejetos são lançados em fossas rudimentares ou no próprio rio que totalizam 43% (2.085 residências) da população no bairro Autran Nunes e 32,45% (3.037 residências) no bairro Genibaú, mostrando os impactos da ação do homem sobre o meio. Todavia, não se deve cair naquelas “análises que não falam de sociedade, mas apenas da ação antrópica, um variável a mais num conjunto de fatores basicamente naturais; a relação homem-natureza, assim, concebida sem a mediação das relações sociais” (MORAES, 2002, p.53), pois dessa forma não se considera as causas dos impactos ambientais provenientes da ação humana. Deixa-se de ver o real cerne dos problemas ambientais, passando a analisar somente as ações humanas por si próprias desconsiderando os fatos que levaram àquela determinada ação degradante. Com isso não se consegue perceber que grande parte dos problemas ambientais são oriundos das relações sociais, que são fundamentadas na desigualdade.

Sendo as relações sociais baseadas na desigualdade “a estruturação da sociedade define a relação dos indivíduos com a maior parte dos recursos naturais (MORAES, 2002, p.75) onde a população que ocupa as margens do rio Maranguapinho vê nele não o potencial natural, o que poderia ser aproveitado para a pesca, irrigação de hortas, dentre outras benesses, mas sim o único meio de escoar seu esgoto, ou local para despejar seu lixo.

Por tudo o que foi exposto nesse ensaio pode-se constatar que parcela da população frente às desigualdades geradas a partir do sistema econômico capitalista está incluída de modo precário na vida da cidade o que traz problemas, tais como aumento da criminalidade, filas enormes em postos de saúde e da vulnerabilidade sócio-ambiental “que

¹⁰ Aqui foram somadas as populações dos dois bairros em estudo, visto que como os bairros são vizinhos há o livre acesso de um bairro para o outro.

se caracteriza por traduzir, especialmente, as desigualdades econômicas entre bairros, comunidades” (ALMEIDA, 2006, p. 186).

Esses prejuízos trazidos pela marginalização social se acentuam no que se refere as ocupações de risco, e mostra que mesmo em espaços menores, como em um bairro, a população que possui melhores condições financeiras, quando comparadas ao restante da população do bairro, ocupa áreas melhores no interior do mesmo bairro, isso ocorre, por exemplo, na ocupação de terreno que mesmo dentro de um bairro onde a classe pobre é predominante parte da população compra terrenos em locais livres das inundações, enquanto aqueles que não dispõem dessa condição ficam submetidos a ocupação de terrenos invadidos, que muitas vezes por situarem-se em locais impróprios para a habitação humana, no caso em estudo as margens do rio Maranguapinho, sofrem com as inundações, os insetos e o mal cheiro oriundos da poluição que está presente no rio.

Assim a relação social estabelecida pelo capital acaba por gerar a “exarcebação do lucro conduzindo a concentração de riqueza, espacializando a miséria que é produzida na relação perversa do capital versus trabalho”(CONCEIÇÃO, 2005, p.167) onde a mercadoria chega à ocupação total da vida social caracterizando o espetáculo (DEBORD, 2003, p.32) e o homem não é isento desse mundo da mercadoria sendo ele mesmo transformado em objeto, cujo valor está na sua produção ou no seu consumo que por sua vez se darão de acordo com a sua posição na sociedade sendo pré-estabelecido a partir da condição de posse ou não de capital, visto que será ele, o capital, que possibilitará o consumo de uma vida adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. Vulnerabilidades e Riscos Socioambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Maranguapinho-Ce. In: SILVA, José Borzacchiello da, et al. **Litoral e Sertão**, natureza e sociedade no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Questão da Cidade e do Campo: teorias e política. In **Mercator**- Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 05. 2004.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Geografia do Espaço da Miséria**. 2005. Disponível em: <http://www.scienciaplena.org.br/sp_v1n6p166_170.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2008.

CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE. **Diagnóstico da situação habitacional do município de Fortaleza**. Vol. 1. Relatório Final. Junho, 2003.

DAMIANI, Amélia Luisa. A Geografia e a Produção do Espaço da Metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARREIRAS, Carles. **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Ebook. 2003. Disponível em: <<http://www.geocities.com/projetoperiferia4/se.htm>>. Acesso em 24 nov. 2008.

DEFESA CIVIL. **Planilhas sobre as áreas de risco em Fortaleza**. Fortaleza, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo demográfico**. 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Fortaleza em números** (Versão Interna). Fortaleza, 2007.

A SOLIDARIEDADE ORGÂNICA COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Anelysse Raulino¹¹
Camila Brasil¹²
Kelly Cunha¹³
Caroline de Oliveira¹⁴

Nosso objeto de pesquisa foi o bairro José Walter, localizado entre o Jangurussu e o Mondubim, nos limites de Fortaleza com Maracanaú, este bairro pode ser caracterizado como sendo uma comunidade periférica, que na sua origem tinha como objetivo abrigar trabalhadores assalariados e suas famílias.

Com o desenvolvimento e estabelecimento comercial, o local tomou novas feições, passando de conjunto habitacional a bairro, abrigando comerciantes e empreendedores dos mais diversos segmentos econômicos, sendo hoje um dos bairros mais populosos de Fortaleza.

Tendo como base as teorias de Durkheim sobre a divisão do trabalho social, podemos assim classificar os grupos sociais da comunidade: comerciantes, educadores, estudantes, funcionários públicos, religiosos e desempregados. A dinâmica social do bairro se dá a partir da relação entre esses grupos, da coesão que essa interdependência traz. A religião também exerce importante função, uma vez que a igreja matriz localizada no bairro concentra ali, um número considerável de fiéis também de bairros vizinhos.

Há uma estrutura de escolas bem fixadas no bairro, tanto do ensino público bem como privado. A vida noturna local é tranqüila, caracterizada apenas por alguns estabelecimentos que fornecem lanches e bebidas alcoólicas, por isso, vê-se aí uma carência de lazer na comunidade. Os esportes e atividades culturais não são estimulados, as praças públicas estão deterioradas e a infra-estrutura do bairro não oferece espaços para as práticas esportivas.

¹¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará
E-mail: anelysse_raulino@hotmail.com

¹² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará
E-mail: mila_brasil@hotmail.com

¹³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará
E-mail: kellycunha23@hotmail.com

¹⁴ Graduanda em serviço Social pela universidade Estadual do Ceará
E-mail: mell2_oliveira@hotmail.com

Enfim, trata-se de um bairro tipicamente residencial, que tem o comércio como sua principal fonte de renda e uma marcante vida religiosa, aliada a uma vasta estrutura de escolas, e que, como todo complexo social da modernidade, apresenta suas mazelas e demandas sociais.

Neste trabalho será feita, especificamente, uma análise, segundo as visões de Durkheim sobre solidariedade, divisão social do trabalho e coesão social, da Associação de Médios e Pequenos Empresários no José Walter (AMPEJW). Essa organização teve sua gênese no ano de 1999, iniciada pela moradora e empresária, Lucimar Nunes de Almeida, com o apoio do então secretário do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Raimundo José Marques Viana. Quando teve a idéia de criar essa Associação, Lucimar procurava atender primeiramente seus interesses pessoais, desenvolvendo seus próprios negócios e somente depois começou a pensar nesse feito como uma forma de ajudar os moradores do bairro (pessoa física e jurídica). A Associação, inicialmente, reuniu 20 pessoas que tinham por objetivo promover oficinas e cursos de capacitação profissional para os membros da comunidade, além de suprir a necessidade de capital de giro para financiar o comércio de pequeno porte local, visando o crescimento econômico.

O SEBRAE foi um dos maiores articuladores deste projeto, pois ofereceu cursos rápidos, como por exemplo, corte e costura, cabeleireira, manicure, culinária, informática, além de cursos de administração e gestão comercial, para os micros e pequenos comerciantes, com o objetivo de capacitá-los para poderem exercer uma melhor administração em seus negócios, podendo assim prosperar em seus empreendimentos.

Existem, também, outros parceiros que ajudam a Associação como o Sistema Nacional de Emprego Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT), o Banco do Brasil, a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

É possível observar que grande parte desses colaboradores trata-se de instituições estaduais, mostrando desse modo, como o Estado participa ativamente desse projeto, tentando fornecer subsídios para que esses moradores possam se desenvolver econômica e socialmente.

Além dos cursos profissionalizantes, existe a oferta de uma linha de crédito, que consiste em uma parceria com diversos bancos para financiar pequenos negócios com baixas

taxas de juros. Dessa maneira, empresários que sem ajuda financeira teriam sérias dificuldades ou até mesmo não conseguiriam manter-se nesse mercado tão competitivo, conseguem facilidades para prosperarem nos seus negócios.

Na AMPEJW existem diversos segmentos sociais, como trabalhadores assalariados, desempregados procurando por uma oportunidade de trabalho, bem como grandes empresários visando aumentar o seu capital.

Para Durkheim (1999), a verdadeira função da divisão social do trabalho é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade, para ele, os serviços econômicos que a divisão do trabalho pode prestar são poucos, comparados com o efeito moral que ela produz. Essa noção de divisão do trabalho pode ser observada na iniciativa de alguns moradores, ao criar um processo de organização que pudesse ajudar no desenvolvimento sócio-econômico do bairro. Os moradores em seu determinado campo de atuação, com sua função específica, se uniram para que juntos pudessem ser melhor capacitados em seus respectivos ofícios e pudessem desenvolver o próprio local.

O SEBRAE e outros parceiros, os voluntários da comunidade, os profissionais, são a base do desenvolvimento do projeto, onde cada um, individualmente, tem seu espaço de influência, mas que ao mesmo tempo coexistem numa relação de complementaridade, ou seja, atuam em áreas distintas, todavia com um projeto em comum. É o individual passando ao coletivo, é a coesão social, onde é assentada nos códigos e regras de conduta que estabelecem direitos e deveres e se expressam em normas jurídicas: o direito. (DURKHEIM, 1999)

Unidos, de forma solidária, foi possível alcançar um desenvolvimento sócio-econômico, que provavelmente não se obteria se cada patrão ou trabalhador agissem individualmente. Essa solidariedade derivada da divisão do trabalho é chamada por Durkheim como solidariedade orgânica. Quintaneiro faz uma análise dessa solidariedade:

Institui-se um processo de individualização dos membros dessa sociedade que passam a ser solidários por terem uma esfera própria de ação. Com isso ocorre uma interdependência entre todos e cada um dos demais membros que compõem tal sociedade. A função da divisão do trabalho é, enfim, a de integrar o corpo social, assegurar-lhe a unidade (QUINTANEIRO, 2002, p. 81).

Conforme define o Dicionário Aurélio cooperar significa: operar ou obrar simultaneamente; trabalhar em comum; colaborar; cooperar para o bem público; cooperar para o trabalho em equipe. Inicialmente, a cooperação no trabalho representou uma ação comum para a aquisição de meios de subsistência. Analisando o nosso objeto de estudo, essa divisão do trabalho ajudou todo o bairro a produzir não só a sua sobrevivência, mas a sua autonomia no desenvolvimento da comunidade.

Com todos os cursos oferecidos, palestras, linhas de crédito, projetos de incentivo ao estudo e à arte, podemos perceber a geração de um novo tipo de solidariedade, não baseado na analogia entre os componentes (solidariedade mecânica¹⁵), mas no preenchimento das mais variadas partes. A AMPEJW é o local que concentra interesses que se complementam para uma mesma finalidade, criando laços sociais, ampliando sua liberdade administrativa e financeira, pois se trata de uma Organização independente e sem fins lucrativos, acrescenta também em sua liberdade moral e intelectual no tocante à autonomia de regras e deveres adotados, bem como a diversidade de cultura e conhecimentos oferecidos, adquirindo assim uma consciência individual mais livre.

Porém, não foi somente o aspecto econômico que uniu esses moradores a essa Associação, mas também a necessidade de uma solidariedade entre os mesmos.

É como Durkheim descreve a divisão do trabalho:

A utilidade econômica da divisão do trabalho [...] supera infinitamente a esfera dos interesses puramente econômicos, pois consiste no estabelecimento de uma ordem social e moral *sui generi*. Há indivíduos ligados uns aos outros que, não fosse esse vínculo, seriam independentes, em vez de se desenvolverem separadamente, concertam seus esforços; são solidários, e de uma solidariedade que não age apenas nos curtos instantes em que os serviços se intercambiam, mas que se estende bem além disso (DURKHEIM, 1999, p.27).

Essa Associação que começou com poucos comerciantes tomou proporções tão grandes que atualmente abrange os mais diversos serviços para ajudar na profissionalização dos moradores, no encaminhamento próspero dos comércios existentes nesse bairro.

¹⁵ Solidariedade mecânica é aquela coesão que une entre si os indivíduos, que liga diretamente o indivíduo à sociedade, sem intermediário; estado de consciência nascido das semelhanças entre as pessoa, tanto é pessoal a cada um de nós e que nos caracterizam (personalidade individual) quanto é comum em toda a sociedade(tipo coletivo). (DURKHEIM, 1999)

Concluimos que essa Associação formou-se devido às necessidades individuais dos moradores do bairro José Walter, que viram por meio de uma Organização (AMPEJW) uma forma de solucionarem seus problemas econômicos, mas não somente isso, um meio de unir a comunidade desse bairro através de uma solidariedade, que não visa somente os fins lucrativos, mas também uma união desses moradores que passaram a ter uma maior aproximação entre si, estando muito mais sensíveis às necessidades do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de O.; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ENSAIO MARXISTA SOBRE O CONJUNTO CEARÁ: O CARÁTER COMERCIAL DO BAIRRO E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS¹⁶

Gleison Maia Lopes¹⁷
Jairla Pedroza Moita¹⁸
Raquel Santos Honório¹⁹

Segundo a concepção materialista histórica de Marx (1996), as formações ideológicas de uma sociedade têm por base a sua prática social. A vida material das pessoas e, principalmente, seus modos de produção e reprodução são o que determinam à consciência, as idéias, as crenças, a subjetividade, a cultura, a moral, a política, a religião, enfim, toda a superestrutura da existência humana.

Partindo deste pressuposto, observou-se, através de pesquisa de campo e bibliográfica, o caráter comercial do bairro Conjunto Ceará²⁰ e a importância deste comércio para seus moradores, além das ideologias e concepções influenciadas por essa forma materialista de vida.

Porém, antes de entrar nestes pontos, é interessante contextualizar o surgimento do bairro, que antes era apenas conjunto habitacional, e o seu processo de crescimento demográfico e expansão do comércio até chegar aos dias atuais.

O Conjunto Ceará foi projetado e construído no período da Ditadura Militar (1964-1985), tempo este marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição policial e militar, prisão e tortura dos opositores ao governo e pela censura prévia aos meios de comunicação. Mas para o governo militar era exaltado de todas as formas a imagem de um país forte e maravilhoso de se viver era diariamente passada.

Fortaleza, assim como todas as grandes cidades brasileiras passava por graves problemas resultantes do crescimento populacional, devido ao êxodo rural causado pela miséria e as secas que assolavam o sertão e a grande propaganda do governo ditatorial que construía um imaginário de vida fácil e tranqüila nas grandes cidades, deixando de lado o

¹⁶ Ensaio feito para a disciplina de Sociologia I, do Curso de Ciências Sociais da UECE, ministrado pela professora Adelita Neto Carleial.

¹⁷ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará/UECE.

¹⁸ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará/UECE.

¹⁹ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará/UECE.

²⁰ Bairro situado à Sudoeste da cidade de Fortaleza, pertencente à Secretaria Executiva Regional V – SER V.

meio rural.

A construção de conjuntos habitacionais e de casas populares se tornou o grande *marketing* do governo brasileiro naquele período, o objetivo destas construções era dar moradia de qualidade às famílias que não possuíam casa própria. No Ceará a Companhia de Habitação de Fortaleza (COHAB-FORT) e a Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE), com suporte financeiro do Banco Nacional de Habitação (BNH), segundo a pesquisa publicada pelo Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Conjunto Ceará (PRODECOM) em 1988, deram início à construção do Conjunto Ceará. Os conjuntos habitacionais construídos pelas COHAB's e BNH eram geralmente de péssima qualidade, além de se localizarem nas periferias das cidades, encarecendo o custo da infra-estrutura urbana e contribuindo para os processos de segregação sócio-espacial nas cidades.

Consta na pesquisa supracitada que entre os anos de 1977 e 1981, o Conjunto Ceará foi construído, começando pela 1ª etapa que foi entregue aos moradores em 1977 e as outras três etapas nos respectivos anos de 1979, 1980 e 1981, assim, o conjunto é até hoje dividido entre essas quatro etapas. Suas unidades habitacionais somavam algo em torno de 8.670, que foram agrupadas por unidades de vizinhanças, totalizando 11 unidades. As casas eram padronizadas, variando apenas em quatro modelos, sendo denominados tipos: A, B, D e E, todas elas possuíam basicamente uma cozinha, uma sala, um banheiro e de um a três quartos; diferenciaram a de tipo D que tinha uma pequena área e a de tipo E com um ponto para servir de comércio.

Mas as condições em que foram entregues as casas eram precárias para a moradia, tanto por fatores infra-estruturais, como por questões de segurança e acesso ao próprio conjunto. Este como um todo tinha graves problemas de falta de pavimentação, de meios de transporte de qualidade, de espaços para lazer, atendimento médico, dentre outros.

Aos poucos o conjunto foi ganhando uma nova aparência, pois, os moradores logo começaram a modificar e melhorar suas casas e exigir do poder público melhoria das vias e canais. Estas modificações se deram mais rápido porque muitos moradores tinham certo poder aquisitivo, porque a distribuição das casas, em parte, favoreceu famílias que não eram carentes, como denuncia a pesquisa do PRODECOM: *“a grande procura por habitação de baixo custo, a escassez de moradias e ainda o apadrinhamento e a ingerência política fizeram com que a população do conjunto ceará fosse constituída por famílias que deixavam*

de pagar altos alugueis e as advindas do interior do Estado”. Logo esses moradores com mais recursos viram nas dificuldades que o conjunto enfrentava uma oportunidade de aplicar seus capitais e dar início aos seus próprios negócios, pois devido à distância e às péssimas condições de acesso aos centros comerciais, muitos produtos e serviços faltavam na comunidade. Essa condição material foi decisiva para o início de várias relações diferentes de produção.

Em 10 anos, em uma única avenida, Avenida Ministro Albuquerque Lima, já existia 63 estabelecimentos comerciais. A maioria eram mercearias, lanchonetes, churrascarias e armazéns. Esses estabelecimentos eram dos próprios moradores e seus lucros eram direcionados em parte para o próprio sustento das famílias ou complementação da renda, como foi constatado pela pesquisa direta aos antigos moradores e pelos resultados da pesquisa do PRODECOM.

Mesmo com essas iniciativas privadas, a ação do Estado nas questões comerciais era presente. O governo federal implantou no conjunto, em 1979, como parte da sua política assistencialista, a Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL) que era um mercado onde se vendiam gêneros de primeira necessidade a baixos preços, como relata alguns moradores. A COBAL era o principal ponto de compra e mesmo assim havia grande escassez de mercadorias, tanto porque o governo não abastecia o suficiente, como porque os comerciantes do conjunto compravam em grande quantidade para abastecer seus comércios e assim poder lucrar em cima da mercadoria, o que fazia com que rápido elas acabasse no estoque da COBAL. Outro fator para essa escassez, por exemplo, era a dificuldade que carros de grande porte tinham de chegar à comunidade pelas precárias vias de acesso.

Quando o número de mercearias começou a crescer, o governo federal viu que poderia lucrar por duas vias, na venda direta ao consumidor que necessitava e também ao comerciante que precisava abastecer seu comércio. Implantou, então, o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB) que atuava no sentido de proporcionar subsídios aos pequenos varejistas de produtos alimentícios para a compra de produtos na COBAL (UCHIMURA, 2003). Assim, o governo passou a participar mais ainda do lucro proveniente do comércio local.

Como explica Marx (1982), quem participa do processo de distribuição das rendas é aquele que está também no processo de produção, portanto, quem não produz fica

impedido de consumir. Devido a isso, pessoas que estão fora deste processo acabam por procurar se inserir neste sistema produtivo, para assim participarem também da distribuição desta produção, para depois executarem as trocas que lhes convêm e finalmente tornarem-se consumidores.

Era o que se observava no Conjunto Ceará. Havia o lucro do governo, que vendia as mercadorias, e do comerciante que repassava o produto ao consumidor, sendo que aquele lucrava bem mais por não ter quase nenhum concorrente na distribuição de produtos às mercearias. Já os pequenos comerciantes disputavam freguesia com outros.

Hoje, há outro contexto no bairro²¹, a quantidade de comércio mais que dobrou e se diversificou, acompanhando as tendências do mercado global. Na mesma avenida supracitada observaram-se, por meio de pesquisa direta, que hoje existem mais de 220 pontos de comércio, entre supermercados, pizzarias, sorveterias, lojas de roupa, de informática, de móveis e eletrodomésticos, *Lan-houses*, salões de beleza e muito mais. Na pesquisa de campo foi observado que a maioria dos pontos comerciais não pertence mais aos antigos moradores, pois estão alugados ou comprados por outros. Esses novos donos não moram no bairro, mas são pessoas que viram no Conjunto Ceará oportunidade de abrir filiais e investir em novos empreendimentos. Eles não se encontram diariamente no conjunto, mantendo apenas contato com funcionários ou outros parentes. Geralmente, os moradores não os conhecem e passam a ter com os novos ocupantes dessas áreas uma relação estritamente comercial, até mesmo porque os funcionários são, em grande parte, pessoas de outros bairros, que vêm ao Conjunto Ceará apenas para trabalhar.

Pode-se notar, também, uma mudança nos tipos de produtos que se encontram no bairro. Os que predominavam anteriormente eram os artigos de primeira necessidade, como alimentos e objetos de utilidade do lar. Havia também muitas costureiras. Hoje, crescem cada vez mais, as lojas de roupas, informática, eletrodomésticos, clínicas de estética, clubes, academias, bancos, dentre outros, mais relacionados com a vida urbana das grandes cidades. Como disse o funcionário de uma locadora de vídeo entrevistado: “os tipos de comércio que antes só eram voltados para os ricos, estão se aproximando dos bairros mais periféricos, a fim de tornar as pessoas de rendas mais inferiores, também consumidores de segunda ou nenhuma necessidade” . Ele observou, também, que os

²¹ Com a extinção do escritório da COHAB no conjunto, os moradores não mais pagaram a taxa que era cobrada pelo governo pela aquisição das casas e o conjunto habitacional passou a ganhar caráter de bairro.

residentes do Conjunto Ceará deixam de comprar produtos que encontrariam perto de suas casas, para irem a *shopping centers*, que estão cada vez mais próximos desses consumidores. Segundo o funcionário isso é uma busca por status e o comércio local tenta acompanhar essa tendência para não ficar de fora. Para Marx (1982) seria mais um fetichismo existente no mercado, que consegue hoje facilmente fazer os consumidores acreditarem que a felicidade, a moral e os elevados lugares da escala social, se atingem pelo consumo e, conseqüentemente, pela posse de artigos de luxo, de beleza, ou seja, produtos inalcançáveis para muitos desprovidos de recursos financeiros.

Entretanto, uma jovem entrevistada relata: “aqui se encontra de tudo”, “não precisamos sair do conjunto para quase nada, por isso é o melhor lugar para se morar”. Essa opinião fortalece o fetichismo supracitado, como podemos observar no próprio comércio local, quando os seus moradores comparam a qualidade de vida ao crescimento comercial do conjunto.

O Conjunto Ceará perdeu suas características de conjunto habitacional e tem se tornado um bairro conhecido e procurado por investidores e empresas reconhecidas pelo seu caráter comercial. Como exemplo, encontramos, hoje, empresas como lanchonetes, postos de gasolina, agências bancárias, redes de supermercados, etc.

Para os moradores, esse desenvolvimento comercial é essencial para melhorar a imagem do bairro e ajuda a trazer mais investimentos públicos em infra-estrutura.

Muitos sentem como se o bairro não fizesse parte da periferia, tendo inclusive muito preconceito com pessoas que vêm dos bairros vizinhos e que utilizam os serviços que são oferecidos somente no Conjunto Ceará. Grande parte da comunidade vizinha também faz uso de atividades culturais e esportivas da comunidade, a exemplo das festas juninas. É comum ver moradores dizendo que não freqüentam mais as festividades da comunidade porque estão cheias de pessoas da Granja Portugal, Bom Jardim, Jurema, Genibaú e outros. O que podemos notar é que essas ações fazem parte de um imaginário de superioridade em relação aos moradores dos outros bairros, por uma questão material, por terem um comércio desenvolvido, grandes avenidas, praças, escolas, etc.

Estas observações estão de acordo com o que dizia Marx (1996) em suas teorias sobre a produção e reprodução da vida material e sua influência na superestrutura, que é a totalidade das subjetividades que caracterizam uma pessoa ou uma comunidade inteira.

Nota-se claramente, principalmente quem é morador dos bairros vizinhos²², o imaginário de superioridade que paira sobre os moradores do Conjunto Ceará em relação aos seus vizinhos; superioridade esta que sai do âmbito objetivo e atinge o subjetivo, deixa de ser apenas uma questão material, palpável, visível aos olhos e chega a ganhar um caráter subjetivo e pessoal. Nas relações cotidianas, principalmente durante a vida escolar e entre os jovens, percebem-se essas imagens que se formam de cada bairro e de seus moradores.

Observando por um olhar sociológico e levando em conta, principalmente, o materialismo histórico de Marx e as concepções de fetichismo e a dialética, se torna uma experiência ímpar tentar analisar as relações sociais e de produção em um bairro que se julga conhecer, mas que na realidade está historicamente encoberto por uma série de relações não percebidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, J; BERGAMIM, M; LIBARIZEK, C. **A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões**. Disponível em:

<http://www.anpur.org.br/publicacoes/revista/anpur_v5n1.pdf#page=30>. Acesso em: 13 ago. 2008.

DITADURA Militar no Brasil (1964-1985). Terra Páginas Pessoais. Disponível em:

<<http://paginas.terra.com.br/arte/mundoantigo/ditadura/>>. Acesso em: 13 ago. 2008 às 14h37min.

MARX, Karl, ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. v. 1. Moscou: Progresso, 1973.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **A Mercadoria**. Livro I do Capital. Parte I. O capital em geral. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. Os Pensadores. São Paulo, 1996.

MELLO, Maria Ivone; FERNADES, Miriam Velci (org.). **Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). 2003.

PRODECOM – Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Conjunto Ceará. **Conjunto Ceará, uma comunidade em luta**. Fortaleza. 1988. Realizado em mutirão.

²² Dois dos três alunos responsáveis pela pesquisa e elaboração do ensaio são moradores da Granja Portugal, bairro que faz divisa com o Conjunto Ceará.

SILVA, Marcus Vinicius. **Projeto Identidade Cultural**: “Nosso Bairro, Nossa Escola”. EMEIF João Paulo II. 2007.

UCHIMURA, Kátia Yumi y BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Programas de comercialização de alimentos: uma análise das modalidades de intervenção em interface com a cidadania. **Rev. Nutr.** [online]. 2003, vol. 16, no. 4, pp. 387-397. ISSN 1415-5273. Disponível em: 10.1590/S1415-52732003000400002. Acesso em:

A (RE)PRODUÇÃO CONTRADITÓRIA DO ESPAÇO URBANO DE FORTALEZA

Eider de Olivindo Cavalcante²³

De uma pequena vila sem expressão econômica e pouco desenvolvida, em 1726, Fortaleza, hoje a capital do Estado do Ceará, representa a terceira maior cidade brasileira em números de habitantes, com cerca de 2.431.415 cidadãos (IBGE 2007). Ainda segundo o IBGE, que analisou a influência das grandes metrópoles brasileiras, Fortaleza é a 12ª maior rede de influência do país com cerca de 20,5 milhões de pessoas vinculadas a cidade de alguma forma.

O crescimento urbano de Fortaleza deu-se, no decorrer da história, por conta de uma série de relações que se deram e se perpetuam na dimensão socio-político-econômico-cultural, fazendo com que a cidade, aos poucos, aglomera-se a maior parte das atividades capitalistas e de subsistência dos trabalhadores de todo o Estado. Por este motivo último, a cidade passou a ser o *locus* de interesse de várias camadas sociais que buscam nesta sua reprodução.

Hoje, Fortaleza concentra boa parte da produção industrial, detendo quase todo o comércio atacadista, vários bens mercadorias e serviços especializados, sobretudo o conhecimento científico e tecnológico, serviços de apoio às indústrias, serviços bancários, de saúde, de educação, além de centralizar boa parte das atividades burocráticas de Estado, ou seja, possui um rol bastante detalhado de atividades que caracterizam as metrópoles nos dias de hoje. Não se pode deixar de reconhecer que em Fortaleza também há uma proliferação ímpar de atividades, em relação ao Ceará, que ainda se chama de atividades informais. São atividades complementares à acumulação capitalista, mas que dão sustentação a milhares de trabalhadores que se encontram em situação de reserva de trabalho, pois são biscateiros, autônomos, conta-própria, ambulantes ou qualquer outra relação que os identifique com esta imensa massa de trabalhadores disponíveis para o capital, porém postos por fora das atividades capitalistas. Portanto a metrópole passou a ser o *locus* principal dos trabalhadores vindos do campo, das pequenas cidades e pequenos aglomerados urbanos, mesmo das cidades médias e de outras metrópoles e países, como

²³ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET.

também de investidores dos mais diferentes níveis de poder aquisitivo, que observaram nesta metrópole uma possibilidade de geração de mais capital (ARAÚJO, 2007).

Segundo Araújo e Carleial (2003):

Em cada mil, das 15.466 indústrias sediadas e ativas no Ceará, em 2000, 560 localizavam-se na Capital. No comércio atacadista, a concentração ainda era maior, chegando a 66% de um total de 3.567 estabelecimentos. Em alguns setores especializados do comércio varejista, a relação de Fortaleza com o interior do estado era, igualmente, de preponderância: as livrarias, papelarias e artigos de escritório (62% de 1.331), e o setor de brinquedos (61% de 1.160). O artesanato (com artigos de couros e de cerâmica) concentrava 64% dos 624 estabelecimentos comerciais em Fortaleza. Os serviços, também, estavam predominantemente na metrópole (58% de 5.037), notadamente, os de saneamento, limpeza urbana e construção civil (76% dos 1.944 estabelecimentos). Finalmente, para se ter uma idéia do volume de capitais concentrados nessa capital, observe-se os depósitos bancários realizados no Ceará, em 2001, que de um valor de R\$ 5.620.399.846,00, cerca de 84% foram efetivados nesta cidade. (ARAÚJO; CARLEIAL, 2003, p. 02)

No tocante a classe trabalhadora do campo, ou seja, o pequeno agricultor, a capital se torna uma esperança de melhoria de vida, pois com a permanência dos problemas estruturais do campo em relação à propriedade da terra, com a problemática das secas que é potencializada por toda uma política clientelista, que ao invés de beneficiar os pequenos agricultores vem para aumentar as desigualdades existentes no campo e com a inserção das atividades capitalistas na agropecuária e sua conseqüente modernização através uma série de inovações tecnológicas e infra-estruturais, que vem para atender a grande demanda do mercado globalizado faz com que aumente exacerbadamente a expropriação do trabalhador do campo. Assim o pequeno produtor é transformado em proletário do agronegócio ou um trabalhador “livre” para tentar a vida nas cidades, potencializando a já intensa movimentação cidade-campo.

Do mesmo modo como a relação capital-trabalho tem em sua essência uma relação dialética desigual e contraditória, a materialização das relações sociais se dá de forma desigual, porém combinada, onde a produção da riqueza e da pobreza faz parte do mesmo processo, se apresentado como os dois lados da mesma moeda. Assim, a produção do espaço não se dá de forma homogênea, muito embora existam correntes ideológicas que a todo o momento passam a idéia de que vivemos em um mundo globalizado e que a tendência geral do espaço mundial é a sua homogeneização social, econômica, política e cultural. Porém defende-se a idéia de que, mesmo vivendo numa economia mundializada,

caracterizada pela influência exacerbada do capital em todas as partes do globo, propiciada pelo desenvolvimento das telecomunicações e dos transportes e do próprio “desenvolvimento” do capital, vivemos em meio onde a reprodução desigual da sociedade e do espaço se dá em todas as escalas, seja ela local ou global e onde a influência de uma esta internalizada na outra.

Oportuno, neste momento, destacar que o espaço não representa apenas um mero receptáculo ou simples palco da sociedade, mas defendemos a afirmação de Carlos (2008) ao dizer que o espaço é condição, meio e produto da reprodução da sociedade em sua totalidade, abrangendo várias escalas espaço-temporais e vários níveis de realidade, afim de aprender a produção e a reprodução do espaço e conseqüentemente da sociedade, que em nossa visão não são distintos.

Neste contexto entendemos a expansão urbana de Fortaleza como a marca da exacerbção da relação terra, capital e trabalho, posicionando-os como os mediadores que engendram uma série de conflitos de classes na apropriação da cidade.

Acompanhando a geografia histórica da cidade de Fortaleza observa-se com o início do processo denominado de aldeotização, na década de 70, que levou muitos pesquisadores a dividir a cidade ao meio. Assim, Fortaleza foi dividida em leste e oeste, sendo que a cidade leste era a cidade desenvolvida econômica e socialmente e destinada ao deleite da classe dominante e a cidade oeste caracterizada pela miséria, em outras palavras, a cidade dos pobres.

Segundo Linhares:

Todavia, somente a partir do momento (década de 30) em que as elites econômicas abandonaram o setor oeste da cidade (Bairro do Jacarecanga) é que se acentuaria espacialmente a divisão social e funcional da cidade, cortada a partir daí em três grandes frações: o centro comercial e financeiro, a zona oeste-industrial e trabalhadora e a zona leste-lugar da residência e do lazer das camadas mais favorecidas. Somente a partir da década de 70, a Aldeota começaria a explodir a centralidade criada por Herbster. (LINHARES, 1992, p. 189).

Porém, percebe-se hoje a insustentabilidade desta divisão, pois a pobreza está presente nos territórios da classe dominante e a riqueza está nos territórios da classe trabalhadora. Para os desavisados essa afirmativa pode levar a indagação: Então rumamos para o fim da segregação urbana em fortaleza?Defendemos que não.

Hoje, em Fortaleza visualizam-se ocupações em processo de favelização nas regiões nobres da cidade, como as ocupações de risco nas margens do riacho Maceió no Mucuripe, como a favela do trilho na Aldeota, como o morro Santa Terrezinha também Mucuripe etc. cercadas por verdadeiros “paredões” de prédios luxuosos. (miséria na opulência). Mas também se vê a construção de vários condomínios para a “classe média” no Dendê, Alagadiço Novo, Lagoa Redonda etc. seguidos pelo surgimento de serviços para essas camadas sociais que ali se instalam, mas tudo isso em meio a um grande conglomerado de moradias precárias. (opulência na miséria) Observa-se até a captura da subjetividade das pessoas que para ‘valorizar’ o local onde moram dizem que moram em um bairro vizinho mais desenvolvido. Exemplo desta afirmativa é no Dendê, onde em pesquisa direta observamos que as pessoas dizem que moram na Maraponga.

Para a miséria na opulência pode-se considerar os diversos meios que a classe trabalhadora encontra para morar, pois nessas localidades existe um grande numero de ofertas de emprego, logo os trabalhadores tendem a procurar moradias o mais próximo possível do local de trabalho, por conta dos custos e do tempo gasto com o deslocamento. Porém, essas áreas são as mais valorizadas da cidade e como as moradias, no sistema capitalista, são construídas não para quem tem a necessidade de morar, mas para quem pode pagar (RODRIGUES, 1988), tem-se duas alternativas: morar em regiões longínquas da cidade, onde o poder da especulação imobiliária ainda não chegou de forma tão feroz ou construir suas moradias, quase sempre precárias, em terrenos públicos, nas margens de rios ou em qualquer outro lugar onde se vê possibilidades de construir.

A opulência na miséria pode refletir um processo “mascarado” de requalificação urbana²⁴, pois esses condôminos instalados na periferia pobre da cidade, que por vezes são oriundos de investimentos privados associados com incentivos públicos²⁵, valorizam o lugar fazendo aumentar os impostos, custos com serviços básicos, preço da terra e das moradias. Aos poucos vai ficando insustentável a permanência dos primeiros moradores naquele local,

²⁴ Bernal (2004) vai chamar de requalificação urbana a introdução obras de infra-estrutura que acabam por inverter a prioridade e a ordem do fato, retirando os moradores do local e realocando-os em bairros bem mais distantes. Deixando de tratar dos problemas da comunidade para considera - lá um dos problemas do bairro, o que reforça a intuição de segregação espacial da pobreza.

²⁵ Por exemplo, o Programa PAR nos condôminos do eixo da Av. dos Expedicionários e também no bairro Dendê. O Programa PAR - Programa de Arrendamento Residencial - da Caixa Econômica Federal, que foi implantado para atender à população com renda até 6 salários mínimos, nos municípios brasileiros acima de 100 mil habitantes.

aonde progressivamente vão se deslocando para outro local. Assim, o suposto desenvolvimento do local não passa da transferência do “problema” para outro local.

No tocante a habitação, historicamente, o Estado, nas dimensões Municipal, Estadual e Federal, investe na construção de moradias “populares”, seja através de conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal, seja em programas de mutirão. Tudo isso em nome do déficit habitacional, mas para Ikuta e Júnior (2005) o déficit habitacional é uma falácia, pois o problema da moradia não está no desequilíbrio entre oferta e demanda, pois as moradias são construídas, nesta sociedade capitalista, não para quem necessita morar, mas para quem tem dinheiro para pagar. Tese comprovada na constatação de Bernal (2004), onde verifica que a força da valorização imobiliária é visível na produção de habitações localizadas em territórios mais valorizados da cidade de Fortaleza, baseando-se em um gigantesco estoque de imóveis que ultrapassa 5.000 unidades deixadas sem valor de uso para elevar o valor de troca, enquanto a população pobre é obrigada a morar em favelas e em ocupações de risco.

Nos últimos anos esse tipo de ação política vem se intensificando, como: o residencial Cônego de Cástro no bairro Parque São José, Conjunto Alves Lima no bairro Cristo Redentor, Conjunto Dom Elder no Carlito Pamplona e muitos outros conjuntos verticais²⁶, como no Genibaú, Floresta, Granja Lisboa, Bom Jardim etc. Fazendo-se a ressalva de que a grande maioria desses conjuntos não tem manutenção ou nem chegaram a ser concluídos, com o exemplo do residencial Cônego de Cástro, que segundo uma moradora já tem mais de 20 anos, mas nunca chegou a ser terminado, até um dos prédios nem chegou a ser rebocado, passando então a ser conhecido como “Favela da Vertical”, observa-se um processo de favelização, porém um processo institucionalizado do mesmo.

Nota-se um processo de verticalização da periferia, todavia não uma verticalização como se costumam presenciar, aquelas dos imensos prédios luxuosos, mas uma verticalização que se caracteriza por uma mistura de condomínios privados para a classe média e Conjuntos habitacionais para as camadas mais oprimidas da sociedade.

Tal realidade acarreta uma série de conseqüências, principalmente a forte presença da segregação e da miséria, pelo fato de a política urbana não se dirigir para atender esse contingente populacional. Contraditoriamente, a política se propõe a atender

²⁶ Em pesquisa direta observamos que os conjuntos habitacionais com arquitetura vertical representam, hoje, um dos principais modelos de investimento em habitação em Fortaleza.

todo cidadão, em termos do discurso político de governo, mas o faça somente para uma minoria, composta por aqueles que têm capacidade de pagamento e que reside em áreas prioritárias do investimento público. Os trabalhadores sendo responsabilizados pelos problemas urbanos e desassistidos pela ação política se vêem obrigados a se instalar em espaços sem condição básica para moradia, onde a água não é tratada; os resíduos sólidos não têm destino adequado; os dejetos humanos e domiciliares são tratados improvisadamente, tornando o ambiente insalubre; enfim, há uma carência quase que total de serviços e equipamentos urbanos e sociais. Exemplo disso são as comunidades que se instalam no bairro Genibaú as margens do rio Maranguapinho, que convivem diariamente com a insalubridade. O lixo, falta de esgotamento sanitário, violência e a invasão das águas do rio no período de chuvas representa uma realidade presente na vida dos moradores destas comunidades.

Maricato (2000) vai dizer que cada metrópole brasileira abriga outra, de moradores de favelas, em seu interior. Considerando essas cidades como “não cidades” e que as propostas de plano diretor e as formas de análise dos gestores não consideram essas cidades ilegais.

Não é por falta de planejamento que este suposto “caos urbano” está presente, não só em Fortaleza, mas em todas as cidades brasileiras. Cabe a nós perguntar se precisamente se essa suposta desordem urbana é fruto deste desinteresse político, como também de precariedades técnicas ou fruto de outras determinações que são mascaradas por um discurso ideológico dominante.

O Estado não é o representante da classe dominante, mas historicamente a própria classe dominante está incrustada nas entranhas do Estado. Então, mesmo que alguns gestores estejam realmente com um “interesse” e acreditam em uma superação da problemática urbana por meio do planejamento ou de outros mecanismos, são sufocados ou condicionados ao clientelismo, em um ciclo vicioso que toma força e impede a superação dentro de si mesma. Portanto, mesmo sabendo de sua importância, que nas palavras de Gramsci (1984) uma atuação nos “espaços de contradições”, uma efetiva transcendência espacial materializada nas cidades apenas será alcançada em sua plenitude se vir seguida de uma transcendência social, estando além desta atual sociedade de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional: o caso de Fortaleza**. Aracaju, UFS/NPGeo 2007. (Tese de Doutorado)

_____.; CARLEIAL, A. N. Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(030). [ISSN: 1138-9788] Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146_030.htm. Acesso em:

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **De la "geografía de la acumulación" a la "geografía de la reproducción"**: un diálogo con Harvey. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

IBGE. **Contagem da População 2007**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_10.pdf. Acesso em: ?

_____. **Estudo Regiões de Influência das Cidades realizado em 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>. Acesso em: ?

IKUTA, F.; JUNIOR, A. A questão da moradia para além da re-produção social. **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (99). [ISSN: 1138-9788] Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-99.htm>. Acesso em: ?

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: o planejamento urbano no Brasil. *In: VAINER, C. B.; ARANTES, O. & MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

O PODER TRANSFORMADOR QUE O SISTEMA CAPITALISTA IMPÕE AOS ESPAÇOS: ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA DE BAIRROS DE FORTALEZA

Janaina Meneses Lima Barbosa²⁷

As contradições que podem ser percebidas na paisagem da cidade de Fortaleza, são frutos do sistema capitalista de produção que ao desenvolver algumas porções da cidade, deixa outras como espaço de reserva para futuros investimentos com objetivos de atender ou mesmo de “criar” necessidades para as populações que por elas podem pagar e se manter. Assim, para entendermos a multiplicidade de transformações que ocorrem e que nos é visível nos diferentes lugares da cidade “cabe pensarmos as diferenças expressas na paisagem enquanto manifestações das contradições que estão no cerne do processo de produção do espaço”. (CARLOS, 2007, p.36).

Assim, este processo de produção diferenciada dos espaços segue a ordem capitalista de produção que valoriza espaços da cidade em detrimento de outros que são reservados para atender a novos locais de comércio, habitação, entre outros. Nesta perspectiva os bairros Edson Queiroz, Lagoa Redonda, Pedras e Sabiaguaba, localizados nas porções sul e sudeste da cidade de Fortaleza, serão analisados com vista a entender os processos diferenciados que neles ocorrem.

O setor sudeste de Fortaleza é a porção para onde a cidade está se expandindo conforme pode ser visto em estudo realizado por Funk Júnior (2002), onde ele relata que investimentos imobiliários estão sendo inseridos e realizados nesta área, conseguindo conseqüentemente que os serviços em infra-estruturas sejam intensificados para atender as necessidades da população que nestes locais habitam. Assim, ao serem inseridos, existirá paralelamente uma sobrevalorização do solo. Neste sentido, os bairros localizados na porção sudeste de Fortaleza passaram a receber como moradores as populações das classes média e alta.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa partiu da concepção de Araújo e Carleial (2003) na obra *Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza* de que a cidade

²⁷ Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Bolsista do Laboratório de Estudos de População (LEPOP/MAG/UECE), Bolsa de fomento: CNPq-PIBIC.
E-mail: janainamlb@hotmail.com

revela em sua paisagem urbana desigualdades e contrastes sociais. O objetivo da pesquisa é revelar a situação social e econômica destes bairros, além de entender como ocorrem e se consolidam os diversificados contrastes encontrados. Neste sentido, foram utilizados para a realização deste trabalho dados estatísticos e censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Censo Demográfico de 2000 e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, produzidos pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento (SEPLA), relativo ao ano de 2007 e visita aos bairros para um maior contato com a real situação vivida pela população residente.

SEMELHANÇAS OU CONTRADIÇÕES?

Os bairros estudados revelaram em sua paisagem características bastante distintas uns dos outros, tanto na questão de infra-estrutura e arquitetura das casas, quanto no modo de habitar e conviver. Neste sentido, os bairros selecionados para esta pesquisa foram escolhidos por estarem próximos em uma mesma região geográfica e por apresentarem características semelhantes em seus indicadores sociais.

Estes bairros conforme pode ser vistos nos dados estatísticos da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF (SEPLA, 2007), estão entre os dez bairros de menor densidade demográfica, ou seja, possui a menor quantidade de habitantes por hectare. Isso nos revela, até certo ponto, que nestes espaços existe uma relativa qualidade de vida, já que o bairro ainda oferece condições de expandir sua população.

O bairro Edson Queiroz apresenta em sua paisagem um intenso processo de produção espacial, sendo ocupado constantemente por grandes construções de luxo, habitadas pela classe média e alta. A verticalização do bairro é marcada pela forte concentração de prédios e condomínios de luxo, que podem ser percebidos no percorrer das grandes avenidas. (Ver Figuras 1 e 2). No entanto, este bairro ainda guarda resquícios de pobreza em seu interior e nos interstícios dos condomínios e prédios. Apesar de este bairro ser considerado como local de habitação das classes de um maior poder aquisitivo, ele apresenta em seu interior resquícios de paisagem de bairro popular, sendo visível a desordenação das construções e das ruas que são marcadas pela forte presença de construções simples e precárias (Ver Figura 3).



Figura 1. Corredor com presença de prédios de alto padrão
Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008



Figura 2. Condomínio ainda em fase de construção no bairro Edson Queiroz
Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008



Figura 3. Interior do Bairro Edson Queiroz
Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008

Os dados censitários do IBGE (CENSO DEMOGRÁFICO 2000) nos revelam que apesar de toda esta concentração de pessoas de poder aquisitivo de médio a alto que nos é apresentado no primeiro olhar do bairro, onde 11,35% das pessoas responsáveis pelo domicílio tem seus rendimentos de mais de 5 a 10 salários mínimos, existe uma relevante concentração de pessoas de baixo poder aquisitivo, sendo aproximadamente 21% dos chefes de família responsável pelo domicílio com rendimento mensal de apenas mais de $\frac{3}{4}$ a 1 salário mínimo.

Já o bairro de Lagoa Redonda, está sofrendo nos últimos anos uma grande transformação em sua estrutura física e de sua população. A forte presença de investimentos imobiliários, por exemplo, a construção de condomínios para a classe média e alta é muito freqüente neste bairro. As construções em seu interior também revelam em seus traços certa sofisticação, como podem ser vistas nas figuras 4 e 5.



Figura 4. Construções que apresentam certas sofisticação

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008



Figura 5. Frente de um Condomínio localizado no bairro Lagoa Redonda

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008

Mesmo este bairro estando em transição, perdendo paulatinamente suas características populares, os dados estatísticos censitários nos revela que ele possui em sua maioria, ou seja, mais de 50% de sua população com baixo rendimento mensal. 22,4% das pessoas residentes possuem rendimento mensal de mais de $\frac{3}{4}$ a 1 salário mínimo, 15,9% com rendimentos mensais de mais de $1\frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos e 11,8% com rendimentos mensais de mais de 2 a 3 salários mínimos respectivamente, o que caracteriza ser um lugar, segundo os dados do IBGE, caracterizado por população de baixa renda.

Este bairro por possuir uma área bastante ampla, 1.822,20 hectares e com a presença marcante de vegetação em seu interior, torna-se valorizado por oferecer espaços com proximidade de áreas verdes, habitações na maioria das vezes, conforme visto em visita ao bairro, com amplo espaço e de paisagem agradável.

Pedras, bairro localizado na porção sul da cidade de Fortaleza, guarda em sua paisagem, resquícios de cidade interiorana. Sua comunidade, visivelmente simples, revela suas carências. A falta de equipamentos de infra-estruturas e de lazer, que ofereçam a população boa qualidade, marcam este bairro. (Ver Figuras 6 e 7).

O bairro apresenta área de apenas 311,80 hectares, espaço bem reduzido em relação aos outros bairros aqui estudados. A área de lazer disponível no bairro, conta apenas com uma praça com quadra para esportes, onde está localizada a Igreja Matriz, na qual a população do bairro usa-a como ponto de encontro para manterem suas relações sociais e de lazer. Esta praça encontra-se aparentemente esquecida pelo Poder Público, conforme pode ser visto nas figuras 8 e 9. Muito lixo pode ser visto no entorno da praça e a quadra encontra-se deteriorada pela ação do tempo, com a tela de proteção quebrada, podendo proporcionar casuais acidentes as pessoas que dela fazem uso.



Figura 6. Bar localizado no bairro Pedras com usos diversos

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008



Figura 7. Praça da Igreja Matriz do bairro Pedras

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008



Figura 8. Igreja Matriz do bairro Pedras

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008



Figura 9. Quadra de esportes localizada na praça da Igreja Matriz do bairro Pedras

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008

Quanto à situação econômica, este bairro possui semelhante situação a do bairro Lagoa Redonda, onde sua população, ou seja, aproximadamente 52,7% são de baixo poder aquisitivo. Sendo 23,9% dos responsáveis pelo domicílio têm seus rendimentos mensais entre $\frac{3}{4}$ a 1 salário mínimo, 15,8% dos chefes de família recebem mais de $1\frac{1}{2}$ a 2 salários mínimos e 13% da população têm seus rendimentos mensais de mais de 2 a 3 salários mínimos.

Os jovens de 10 a 19 anos, moradores deste bairro encontram-se sem rendimentos, o mesmo ocorre nos bairros anteriormente mencionados, todos apresentando índices inferiores a 1%.

O bairro de Sabiaguaba rico em belezas naturais apresenta-se dentre os bairros estudados com a população de menor poder aquisitivo. 32,6% dos responsáveis pelos domicílios têm seus rendimentos mensais equivalente a mais de $\frac{3}{4}$ a 1 salário mínimo, 11% com rendimentos de mais de $1\frac{1}{4}$ a $1\frac{1}{2}$ salário mínimo e 12,3% com rendimento mensal de

mais de 1 ½ a 2 salários mínimos respectivamente, revelando e corroborando assim suas carências que puderam ser percebidas em visita realizada ao bairro.

O bairro traz em sua paisagem características rurais em sua estrutura e organização. As ruas encontram-se ainda sem pavimentação e as construções das habitações são simples e sem sofisticação, onde a grande maioria possui um amplo terreno, muitas vezes, bastante arborizados, proporcionando a população maior possibilidade de atividades voltadas para o lazer (Ver Figuras 10 e 11). O bairro, conforme visto em visita realizada, não oferece áreas de lazer e entretenimento (praças, quadras para esportes e atividades físicas, restaurante, etc.) construído pelos Poderes Público e Privado. As áreas de lazer encontradas neste bairro são oferecidas pela própria natureza, como o rio que corta o bairro, o mangue, a praia e as áreas de preservação ambiental.



Figura 10. Quintal reservado como área de de lazer para as crianças

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008.



Figura 11. Rua localizada no bairro Sabiaguaba sem pavimentação

Fonte: Pesquisa direta em 20/ago/2008.

CONCLUSÃO

Os bairros estudados, apesar de apresentarem semelhanças em seus índices, suas paisagens revelam extremos contrastes infra-estruturais e econômicos. O que podemos perceber através da análise realizada foi o poder transformador que o sistema capitalista impõe aos espaços, transformando-os de acordo com suas necessidades. Espaços são guardados como reservas para futuras especulações sempre na intenção da acumulação de capitais.

Assim, os bairros de Lagoa Redonda e Sabiaguaba tendo características naturais semelhantes apresentam características sócio-econômicas diferenciadas, principalmente pelo fato de Lagoa Redonda está recebendo investimentos público e privado em uma

intensidade muito maior, sendo muito freqüente a presença de investimentos imobiliários com certa sofisticação que atraem as populações das classes média e alta.

No entanto, Sabiaguaba ainda conserva características rudimentares e rurais. O bairro possui uma comunidade denominada com este mesmo nome, organizada pelo fotógrafo José Albano que oferece a comunidade maneiras alternativas de viver e preservar o meio natural como também curso de profissionalização, já que o mesmo oferece a comunidade curso de fotografia.

O bairro Edson Queiroz apesar de apresentar em seus grandes corredores comerciais e em suas avenidas a presença de luxuosas estruturas, possui em seu interior comunidades e carentes, que não conseguem ter acesso aos equipamentos instalados e oferecidos no bairro, pois são segregadas por não terem rendimentos compatíveis aos diversos equipamentos existentes no bairro.

O bairro Pedras apesar de não haver em sua paisagem sinais de segregação, por ser um bairro marcado por traços populares, revelou-nos carências econômicas e infra-estruturais assim como o bairro de Sabiaguaba.

Neste sentido, percebemos o quanto o processo capitalista influencia no bem estar social, onde uma minoria, ou seja, aqueles que possuem certa estabilidade econômica conseguem usufruir dos equipamentos de infra-estrutura e lazer de qualidade, em detrimento de uma maioria que fica a margem destes benefícios gerados pelos investimentos tanto públicos e privados que deveriam ser acessíveis a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8 ed. 1 reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007. (Repensando a Geografia).

FUCK JÚNIOR, Sérgio César de França. **Expansão urbana e segregação espacial no sudeste do município de Fortaleza**. Fortaleza: UECE, 2002. (Dissertação de Mestrado).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro 2001.

SEPLA. **Fortaleza em Números**, 2007.

FORTALEZA REVELADA

Anna Emilia Maciel Barbosa²⁸
Danyelle Mota Ricardo Guerra²⁹
Lídia Amaral de Brito³⁰
Luiz Antonio Araújo Gonçalves³¹

O seminário **Desigualdades sociais em Fortaleza**, buscou evidenciar as características e especificidades das desigualdades presentes nos bairros de Fortaleza, refletindo a dinâmica urbana da cidade.

Os ensaios apresentados nos Grupos de Trabalho abordam questões pertinentes a determinados bairros da cidade de Fortaleza, principalmente, sobre as disparidades verificadas e relacionadas às condições estruturais como moradia, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, serviços de saúde e segurança, bem como, também, sobre a dinâmica social e espacial engendrada pelas relações capitalistas que levam os seus moradores a modificarem hábitos e incorporarem novos usos, construindo novas sociabilidades e solidariedades superando os obstáculos à sua sobrevivência no urbano. A busca de síntese nos trabalhos apresentados nos levou a uma indagação: Que Fortaleza nos é revelada?

A cidade de Fortaleza possui uma dinâmica típica dos grandes centros urbanos ao mesmo tempo em que permite expressões de vida simplificada. Com um olhar pouco mais aguçado e crítico, pode-se perceber uma pluralidade de manifestações culturais no modo de construir habitações, de expressar sentimentos, de trabalhar na cidade. A cidade abriga, por exemplo, os trabalhadores comerciais, que já a movimentam antes mesmo do dia amanhecer; aceita os funcionários da limpeza pública e os catadores de lixo, que passam a noite recolhendo os detritos; acolhe os fiéis, a exemplo dos devotos de Nossa Senhora de Fátima, que todos os dias 13 de cada mês mostram sua devoção ao movimento religioso que os conduz, o catolicismo.

²⁸ Geógrafa, mestranda em geografia pela Universidade Estadual do Ceará, coordenadora de Grupo de Trabalho no IV Seminário do LEPOP.

²⁹ Socióloga, Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará, coordenadora de Grupo de Trabalho no IV Seminário do LEPOP.

³⁰ Socióloga pela Universidade de Fortaleza, coordenadora de Grupo de Trabalho no IV Seminário do LEPOP.

³¹ Geógrafo, mestrando em geografia pela Universidade Estadual do Ceará, coordenadora de Grupo de Trabalho no IV Seminário do LEPOP.

Mas, Fortaleza ainda é mais que isso. É uma cidade com grandes problemas urbanos: uma rede de transportes ainda ineficiente, sistemas precários de esgoto, utilização desordenada dos espaços urbanos. Esse uso indevido do espaço urbano é realizado por pessoas sem-teto, por famílias despossuídas que se apropriam de áreas consideradas de risco. Esses tipos de apropriação do espaço, além de pleitearem um pedaço de terra urbana, chamam também a atenção dos governos para essa situação. Ao mesmo tempo, os especuladores imobiliários, também, buscam terrenos na cidade, mas com outra finalidade, a da acumulação capitalista, que na pretensão de mais lucros e de acumular riquezas não medem esforços, nem tampouco as conseqüências de suas ações. Eles são responsáveis pela inacessibilidade da terra e dos imóveis para as camadas mais pobres da população. O que é mais grave da ação especuladora são as construções localizadas em áreas verdes, margens de rios e lagoas que deveriam ser preservadas e protegidas.

Nós acadêmicos temos diferentes olhares especializados sobre a cidade. Esses olhares, muitas vezes técnicos, outras vezes críticos, nos permitem ver cidades diferentes. Nem sempre somos sensíveis às ações e atividades que envolvem a cidade. Entretanto, na tentativa de compreender as formas de produção e reprodução do espaço urbano, nos deparamos com uma verdade: nós também fazemos parte dessa construção da cidade capitalista, diariamente, o que reforça ainda mais a dinâmica modernizadora. Sabedores de nossa responsabilidade social travamos uma luta cotidiana, uma luta defensiva, de resistência e sobrevivência, mesmo que, aparentemente, enquadrada na lógica da reprodução de mercadorias, pois é uma luta pela emancipação consciente do domínio do fetiche da cidade transformada em mercadoria.

Discutir os problemas da cidade de Fortaleza, suas desigualdades sociais, a expansão urbana, o movimento da metrópole protagonizado pelos seus habitantes, com certeza se mostra um trabalho árduo e pleno de dificuldades. Para tanto, o seminário pretendeu mostrar como a dinâmica social vai construindo a cidade a partir da dimensão do bairro.

A maioria dos bairros estudados situa-se na periferia da cidade fazendo limite com outros municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. É o caso dos bairros Conjunto Ceará, Conjunto Prefeito José Walter, Pedras, Lagoa Redonda, Sabiaguaba, Genibaú e Vila Velha. Alguns destes originaram-se da intervenção planejada do poder público no sentido de suprir o déficit habitacional do contingente populacional crescente em Fortaleza, nas décadas de 1960/70. Outros foram fruto de loteamentos (legais ou não) que expandiram a

malha urbana da cidade no sentido Sudoeste, a exemplo dos bairros Parque São José, Granja Lisboa, Bom Jardim. Há ainda bairros, localizados na porção Sudeste da capital, que revelam um processo recente de expansão, por meio da construção de condomínios residenciais fechados. A Avenida Washington Soares exerce um importante papel dinamizador do comércio e de serviços, bem como, interliga bairros como: Edson Queiroz, Alagadiço Novo, Lagoa Redonda e suas ramificações até bairros menos populosos, que se caracterizam pela presença de vazios urbanos, poucos equipamentos de uso coletivo e caminhos vicinais, como os bairros Sabiaguaba e Pedras.

Difere um pouco desse contexto bairros como Carlito Pamplona e Fátima, localizados nas proximidades do Centro tradicional de Fortaleza. O primeiro surge em um contexto de expansão urbana da cidade com a instalação de fábricas e ferrovia. Estas fábricas atraíram para o seu entorno um grande contingente de trabalhadores que passaram a residir no Carlito Pamplona em função da proximidade dos postos de trabalho fabris. A forma espacial do bairro revela a influência da localização das fábricas no seu entorno. Moradias simples, antigas vilas operárias convivem com residências de alto padrão. Não obstante, mesmo tendo 85,6% dos residentes morando em casas, observa-se uma alteração no padrão construtivo, ou seja, na forma de morar do bairro, de modo que temos quase 14% de seus residentes habitando em apartamentos, denotando ainda, sua alta densidade demográfica.

O apartamento torna-se, também, uma opção construtiva para o bairro de Fátima, onde se observa uma concentração recente de condomínios de apartamentos na proximidade da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. O bairro, que abriga residentes de classe média alta, tem passado por uma valorização do solo urbano em função de fatores como a proximidade de centros comerciais e de serviços, além do grande corredor de fluxo que é a Avenida 13 de Maio, ligando vários bairros da cidade no sentido Leste/Oeste.

Portanto, Fortaleza se revela como uma metrópole, assim como as demais, repleta de desigualdades e contradições, que são fruto da dinâmica capitalista na cidade. Concorde-se com Carleial e Araújo (2003) quando afirmam que a realidade social é tensa e contraditória, em toda a extensão da metrópole, onde os conflitos entre os ricos e os pobres aparecem nas formas de uso da terra urbana.

Precisamos nos sentir envolvidos com essa Fortaleza revelada no IV Seminário do LEPOP. Nós os intelectuais da cidade, por nossa força dinamizadora, podemos construir um

movimento comum, em torno de um projeto que abra espaço para manifestações, que conduza a uma ação expressa por relações sociais diversas e que, de alguma forma, tenha no trabalho um mediador dessas relações humanas.